
EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX

Fulano de tal, filho de Pai de tal e Mãe de tal ,
nacionalidade
, estado civil, Profissão, portador do Registro Nacional de Estrangeiro nº. XXXXX, Classificação Permanente, validade XX-XX/XXXX, Órgão Expedidor CGPI/DIREX/DPF, República Federativa do Brasil e inscrito no CPF nº: XXXXXXXX, residente e domiciliado, XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXX, Telefone: XXXXXXXXX ou XXXXXXXXXXXX, e **Fulana de tal**, filha de Pai de tal e Mãe de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Identidade nº XXXXXX XXX/XX, inscrita no CPF nº: XXXXXX, vem, à presença de Vossa Excelência, sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, propor

AÇÃO DE ADOÇÃO DE MAIOR

do maior **Fulano de tal**, filho de Mãe de tal, nacionalidade, estado civil, portador da identidade de nºXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXX nascido em XX de XXXXXX de XXXX, hoje com X anos de idade, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, Telefone: XXXXXXXXXXXX, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

DOS FATOS

O Adotando residia com sua mãe desde o seu nascimento até antes de seu casamento, que ocorreu em XX de XXXX de XXXX. A genitora convivia com o 1º Requerente desde XX de XXXXXX de XXXXXX, e, por conseguinte oficializaram a união em XX de XXXXXX de XXXXXX.

A relação entre o 1º Requerente e o adotando sempre foi caracterizado com um ótimo convívio, apresentando afeto de pai e filho, desde os X (XXXXX) anos de idade.

É consensual o desejo do reconhecimento da adoção tanto pelos Requerentes, quanto pelo adotando, conforme demonstrado em declaração expressa pelo adotando, (DOC....), bem como fotos apresentadas que confirmam a relação em comento (DOC...).

Com intuito de corroborar o pleito apresentam-se as testemunhas arroladas no processo, que confirmam a boa relação de convivência do 1º Requerente e o adotando.

Frisa-se que o Adotando sempre viveu como se filho fosse do Adotante, não tendo contato nenhum com o pai biológico, **haja vista não saber quem seria o pai biológico e o local em que se encontra.**

A longa convivência fez com que nascesse entre o Adotante e o maior Fulano de tal um sentimento de amor, carinho e proteção, criando verdadeiro vínculo de pai e filho entre eles. É esse sentimento que agora motiva o 1º Requerente em consenso com a 2º Requerente, a buscar a adoção do Adotante, pelo fato de sempre terem convivido harmoniosamente entre si. Posto isso, não há nenhuma objeção quanto a essa adoção.

Como o adotando, hoje, tem XX anos, o 1º Requerente busca a tutela jurisdicional para regularizar a situação, para que o Adotando se torne seu filho, visto que este sempre a tratou como seu pai legítimo, sendo que o Adotando **concorda na integralidade com o presente pedido, assinando ao final a inicial.**

DO DIREITO E DA LEGITIMIDADE

Dispõe a Lei n. 8.069:

Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

§ 1º. O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

A pretensão da Adotante e do Adotando encontra arrimo no CC, *in verbis*:

Art. 1.619. A adoção de maiores de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar:

I - pela morte dos pais ou do filho;

II - pela emancipação, nos termos do art. 5º, parágrafo único;

III - pela maioridade;

IV - pela adoção;

V - por decisão judicial, na forma do artigo 1.638.

Ademais, o feito constitui vantagem para o adotando, principalmente, pela possibilidade de constar em seus documentos pessoais, o nome de seu pai e avós maternos, além dos direitos que o parentesco trará, tais como, dependência econômica, sucessório e filiação. Sem dúvida, atendida as exigências legais, nada obsta que seja o pleito deferido.

A jurisprudência tem entendido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ADOÇÃO DE PESSOA MAIOR. AUSÊNCIA DE CONTATO PESSOAL ENTRE PAI BIOLÓGICO E FILHO POR APROXIMADAMENTE DOZE ANOS. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO SOCIOAFETIVO ENTRE ADOTANTE E ADOTADO. AUSÊNCIA DE CONSENTIMENTO DO GENITOR. PRESCINDIBILIDADE. PRECEDENTE. SENTENÇA MANTIDA. 1. Tendo sido o pedido de adoção formulado conjuntamente pelo adotante e adotado e com o consentimento da genitora deste e o dissenso do pai biológico, há que se privilegiar a realidade que se encontra evidenciada no vínculo socioafetivo estabelecido entre o adotante e o adotado, e que não pode ser negligenciada pelo Poder Judiciário em nome de uma relação de parentesco consubstanciada na simples paternidade registral. 2. **Esta Corte de Justiça já se posicionou no sentido de que, para o deferimento do pedido de adoção de pessoa que já atingiu a maioridade civil é desnecessário o consentimento do genitor.** 3. Recurso improvido. Sentença mantida. (Acórdão n.678208, 20100110162665APC, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Revisor: ANTONINHO LOPES, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 15/05/2013, Publicado no DJE: 24/05/2013. Pág.: 113)

FAMÍLIA. PROCESSO CIVIL. ADOÇÃO. APELAÇÃO DA ADOTANTE. INTEMPESTIVIDADE. FALECIMENTO DO PAI ADOTANTE NO CURSO DO PROCESSO. MANIFESTAÇÃO DA VONTADE. APELAÇÃO DO ESPÓLIO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. ADOTANDA MAIOR DE IDADE. LITISCONSORCIO PASSIVO. DESNECESSIDADE. DESISTÊNCIA DA ADOTANTE NO CURSO DO PROCESSO. POSSIBILIDADE.

1.É intempestiva a apelação interposta após o prazo de quinze dias, não sendo possível o seu conhecimento.

2.O Espólio representa o patrimônio deixado pelo de cujus, razão pela qual não possui interesse recursal na ação de adoção, pois não afeta o conjunto de bens que integram o patrimônio.

3.O interesse econômico em relação ao patrimônio deixado pelo falecido pai caracteriza o interesse jurídico necessário para interpor apelação contra sentença que julgou procedente o pedido de adoção.

4.Com a maioria extingue-se o poder familiar (CC 1635, III), razão pela qual não é necessária a autorização dos pais biológicos para a adoção de sua filha maior de idade.

5.Prevalece a vontade de adotar manifestada pelo pai/adotante que vem a falecer no curso do processo (ECA 42, § 6º), não podendo os familiares/herdeiros, desistirem da ação de adoção ajuizada pelo falecido.

6.No caso específico dos autos, é possível a desistência da ação de adoção pela autora, com mais de 80 anos, que sozinha não mais possui o interesse de adotar, uma vez que se trata de ato de manifestação de vontade, e que a adotanda possui mais de 30 anos, não necessitando do suporte da adotante para a sua sobrevivência.

7.Não se conheceu do apelo da autora/adotante e do espólio do pai/adotante. Deu-se provimento à apelação do filho do casal, para homologar o pedido de desistência da ação apenas em relação à mãe/adotante (CPC 267 VIII). (Acórdão n.639575, 20090111995026APC, Relator: SÉRGIO ROCHA, Revisor: CARMELITA BRASIL, 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 31/10/2012, Publicado no DJE: 06/12/2012. Pág.: 133)

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, por ser o Requerente juridicamente hipossuficiente, declaração ao final;

b) a intimação do ilustre membro do Ministério Público para o acompanhamento do feito, nos termos da lei;

c) seja dispensado o estágio de convivência;

d) seja julgado procedente o pedido de adoção do maior **Fulano de tal**, que passará a chamar-se “**Fulano de tal**”, acrescentando-se o nome do adotante e dos avós maternos na certidão de casamento do adotado, expedindo-se o competente mandado ao Cartório de XXXXXXXX, sem ônus aos Requerentes;

Requer, por fim, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pela juntada de documentos e a oitiva das partes.

Confere a causa o valor de R\$ XXXXXX (XXXXX).

Nestes termos, pede deferimento.
XXXXXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

Fulano de tal

Fulano de tal

Fulano de tal

Fulano de tal
Defensor Público

ROL DE TESTEMUNHAS

Fulano de tal, nacionalidade, residente e domiciliada XXXXXXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXXXXXXXXXX;

Fulano de tal, nacionalidade, residente e domiciliada XXXXXXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX;

Fulano de tal, nacionalidade, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXXXXXXXXXX;